

Novas estratégias organizacionais no cenário global*

Mohammed Elhajji

Resumo

Diante das transformações organizacionais decorrentes dos processos de globalização e de convergência dos meios de comunicação, os países periféricos se encontram confrontados com um duplo dilema: o imperativo econômico-político de se inserir no concerto das nações mais desenvolvidas e a vontade social-cultural de preservar as suas especificidades históricas. Tratando do caso particular do Brasil, o artigo analisa algumas das estratégias possíveis de conciliação entre a dinâmica da globalização e as forças de enraizamento local e regional.

Palavras-chave

Globalização e convergência; Meios de comunicação; Países periféricos; Países em desenvolvimento; Preservação da vontade sociocultural; O Brasil e a dinâmica da globalização.

Não há como negar que a conjugação da dinâmica da globalização ao seu correlato tecno-organizacional, cristalizado no processo de convergência dos meios de comunicação, é portadora de uma profunda força transformadora de todas as condições existenciais da vida contemporânea, desde nossas estruturas sociais, nossos modos de produção e de representação política, até as regras de convivência, o sentido de cultura ou ainda o do entretenimento. Na verdade, essas mudanças estruturais já estão afetando o conjunto de nosso aparato social material e simbólico, tanto na maneira de organizar nossos lares e nossos círculos afetivos, como nos modos de nos relacionarmos com a comunidade, suas instituições e seus equipamentos simbólicos coletivos.

O que, obviamente, exige da sociedade ações específicas e estratégias globais de adaptação a essa nova ecologia cognitiva: uma delimitação mais oportuna das esferas privada e pública no campo das comunicações, a redistribuição das prerrogativas e obrigações do poder público e da sociedade civil, a dotação das instâncias de afirmação e de preservação das estruturas comunitárias de poderes políticos e materiais efetivos, a iniciação de um amplo debate em torno de conceitos fundadores da coesão nacional como o de soberania e de identidade nacional etc.

Diante da política voluntarista de inte-

gração do país na nova ordem, em vez de seu questionamento (tendo em vista nosso passivo histórico perante a hegemonia do Centro), o Estado e a sociedade devem aproveitar o caráter "indefinitivo" dessas transformações tecnológicas e organizacionais para melhor integrar-se no mercado e na sociedade globais ainda em gestação, não como simples consumidor passivo e resignado, mas como parceiro respeitado, agente, autor e ator atuante.

A natureza dinâmica das atuais plataformas socioorganizacionais oferece, com efeito, uma oportunidade histórica aos países do Sul de ocuparem um lugar de destaque no concerto das nações, mas também grandes desafios para não se deixar, mais uma vez, esmagar pelas ideologias avassaladoras do Centro. O papel do Estado e da sociedade civil, neste contexto de transição, é fazer das mudanças um fator de desenvolvimento e de crescimento, não apenas no sentido puramente econômico e material, mas sim (e principalmente) de diversificação das opções de expressão e de cultivo de uma identidade cultural plural e específica, forjada na diferenciação e na singularização locais e no enraizamento regional.

Não há dúvida, pois, de que a conjugação da dinâmica da convergência ao processo de globalização deve gerar novas possibilidades de articulação do local, o regional e o nacional ao internacional, mundial e global. Todavia, as estruturas materiais e simbólicas disponibilizadas pelo processo podem tanto favorecer a eclosão de potencialidades e competências ilimitadas, quanto inibir a riqueza do original sem chegar a alcançar o universal.

* Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida no quadro do centro de Estudos de Teoria da Comunicação (Cetec), Escola de Comunicação, ECO-UFRJ, em colaboração com Muniz Sodré e Raquel Paiva

As demandas inéditas de serviços e conteúdos na área das novas tecnologias de comunicação e da indústria cultural constituem novas oportunidades de ter, literalmente, voz e vez no processo de negociação do lugar do local no global, possibilitando uma inscrição na globalização a partir de um movimento de surgimento de dentro, e não como força de opressão imposta de fora.

Todavia, para poder concorrer neste novo quadro político e econômico global (já que o mundo das comunicações ignora particularmente as fronteiras nacionais), é preciso mais do que nunca capacitar o cidadão, o consumidor, o empresário, o executivo e o trabalhador. Doravante, a preparação das energias criativas pela educação voltada aos valores específicos, qualificação profissional e pesquisa científica torna-se uma condição de sobrevivência no novo ambiente cognitivo.

No âmbito empresarial, em particular, para reagir às exigências do novo contexto socioeconômico, enquanto as grandes empresas devem buscar novos mercados, as PMEs têm de investir em nichos específicos, em função das novas estações de comunicação, integrando os diferentes componentes dos setores das telecomunicações, da mídia e das NTICs e propondo novos serviços e conteúdos.

Com efeito, ao mesmo tempo em que as novas tecnologias de comunicação constituem um desafio aos setores e às regiões não preparadas para acompanhar as mudanças tecnológicas e sociais em curso, elas permitem às organizações criativas o bastante (sejam elas empresas ou instituições sociais) para alcançar e se relacionarem com inúmeras esferas organizacionais correspondentes a seus interesses (mercados ou outras instituições) em nível regional ou mundial, independentemente de seu tamanho ou de suas capacidades materiais. Dentre outras implicações relativamente positivas desses desenvolvimentos, podemos destacar a possibilidade oferecida à sociedade civil e aos grupos específicos de organizarem-se em torno dos novos equipamentos coletivos simbólicos.

Portanto, por um lado, o Estado e a sociedade devem assegurar a todos os segmentos sociais a possibilidade de acompanhar as mudanças em curso para não se deixarem ultrapassar (e dominar) pelas nações mais avançadas (por meio da educação, a alfabetização digital crítica e o incentivo à pesquisa, notadamente). Também, devem-se elaborar quadros jurídicos e sociais específicos para preservar os interesses das categorias mais vulneráveis da sociedade.

No que diz respeito aos usos alternativos das estruturas tecno-organizacionais, disponibilizadas pelo novo contexto, destacam-se os quadros corporativos, associativos e comunitários, cujo objetivo, obviamente, não é o de alcançar o grande público, mas sim o de estabelecer canais de troca de informações, estruturas organizacionais mais ágeis, integração de ações locais em um contexto regional, supranacional ou global, informar a opinião pública nacional ou internacional etc. Além de usos específicos especializados, como a educação, a telemedicina, a justiça, a pesquisa científica ou outros... Neste sentido, o uso das novas tecnologias de comunicação na sociedade global pode ter uma função de apoio ao esforço das comunidades ou dos grupos particulares no sentido de inserirem-se em um contexto social favorável à eclosão das energias, potencialidades e competências.

Na verdade, estamos assistindo a uma tendência mundial de reorganização do campo da comunicação em torno de pólos comunitários, resultando em uma segmentação da sociedade em grupos de afinidades ou de interesses regionais ou transnacionais. Trata-se, com certeza, de táticas pós-modernas de resistência a processos hegemônicos inerentes à globalização, de libertação de sistemas locais de opressão ou de reterritorialização de subjetividades despojadas. São estratégias plenamente válidas de trilhamento de novas linhas de fuga no caótico ambiente social-existencial que caracteriza a nossa época atual. Porém, as consequências sociais e políticas dessa tendência, a longo prazo, podem não corresponder totalmente às expectativas iniciais.

Assim, um dos efeitos prováveis dessas mudanças organizacionais é a fragmentação da identidade nacional, o que significaria o fracasso do modelo do Estado-Nação enquanto instância de produção da identidade nacional e catalisador de símbolos identitários coletivos. Ou seja, o Estado não estaria mais apto a cumprir o seu papel mobilizador e cristalisador da identidade do grupo, em termos de produção de sentido e de organização do imaginário coletivo, o que pode ter como correlato a exacerbação das especificidades locais em detrimento do ideal clássico de unidade nacional.

As novas tecnologias de comunicação, pois, agem diretamente no sentido da escamoteação das fronteiras e da diluição das culturas nacionais no mágico imaginário global, pondo em xeque os obsoletos conceitos de integridade territorial e de soberania nacional.

Além de seus efeitos psicológicos, dificilmente quantificáveis, sobre as sociedades da periferia em conflito com as suas identidades ainda traumatizadas pelo choque de seu contato com a modernidade, esse estado de inflação espectral anárquica provoca repercussões perversas sobre as possibilidades de desenvolvimento desses países. Vê-se, assim, o usuário desenraizado do sul reduzido ao papel de consumidor passivo de uma tecnologia da qual ele não é idealizador e com que ele não pode rivalizar por causa das carências sociais inerentes à formação histórica do Terceiro Mundo.

Essa relação desigual cria no usuário da periferia hábitos sofisticados em defasagem com o nível de produção cultural e artística local. De tal modo que, em vez de poder emergir uma sinergia socioeconômica-cultural (mais se consome, mais se produz), vive-se de pirataria, de mimese e de bricolagem existenciais.

Conectado a um mundo virtual em que ele sublima de maneira proporcional ao desgosto de seu cotidiano concreto, mas ao mesmo tempo frustrado por não poder gozar de tanta felicidade material ostentatória, o sujeito-usuário da periferia (favelado da civilização consu-

merista moderna) não dispõe de outra alternativa a não ser contentar-se com sobras culturais da telerrealidade global. Ao mesmo tempo no centro do mundo e a anos-luz dele, ele se torna um ser mutante cujos desejos e motivações são expressos em uma linguagem simbólica estranha que ele não pode nem decodificar nem satisfazer.

Diante dessa ameaça à sua integridade identitária e de sua segurança ontológica, a reação dos indivíduos involuntariamente implicados neste gigante *talk-show* civilizacional é muitas vezes radical: rejeição em bloco a tudo que lembra o outro, ou, ao contrário, desvalorização doentia de tudo que é seu próprio. Fundamentalismo ou idolatria exacerbada do Outro: duas facetas da mesma dialética relativa à problemática da falta de parâmetros seguros e confiáveis em um mundo marcado pela vertigem das transformações velozes demais.

Um outro risco, inerente a esse processo de globalização e de reorganização da sociedade em torno do campo da comunicação diz respeito à possibilidade de superexposição decorrente da excessiva acessibilidade aos meios de comunicação, possibilitada pelas novas tecnologias, uma vez que o próprio conceito de mídia de massa está se tornando inoperante – o que, de fato, esvaziaria de sua força política a visibilidade mediática e faria perder o próprio sentido da liberdade de expressão.

Por outro lado, as novas técnicas e tecnologias de comunicação, por sua capacidade de otimização espectral, tornam o velho debate em torno da “reforma hertziana” praticamente caduco, pois, virtualmente, não existirá mais limite de volumes de difusão ou limitações materiais para elaborar a sua própria mídia. São mudanças que caminhem no sentido da segmentação das audiências e a termo, condenam o próprio conceito de audiência e de ibope, no sentido fordista de comunicação de massa.

Portanto, há de se pensar as relações de poder e de dominação em novos termos e em uma nova perspectiva. Categorias analíticas antigas como mídia-esfera-pública ou mídia-aparelho-

ideológico parecem hoje ultrapassadas. Talvez o caminho esteja do lado de uma análise atenta às instâncias de produção de sentido em uma perspectiva discursiva geral: domina quem produz não o discurso, mas as próprias categorias de análise.

Ver como positiva a necessidade de “ter acesso à cultura mundial”, por exemplo, equivale a justificar a hegemonia dos países do centro (e pagar por ela!). É como concordar com o imperativo de falar inglês (ou dolarizar a sua economia) sob pretexto de ser competitivo no mercado global. Ora, um tal raciocínio aproveita primeiro aqueles cujos valores são assim impostos mundialmente.

Não que não se deva aprender outras línguas ou conhecer outras culturas, mas tal interesse deve ser motivado por outras preocupações, como a proximidade cultural e a vizinhança – fazendo do estudo do espanhol e do enraizamento regional, por exemplo, uma prioridade absoluta. Do mesmo modo, o interesse por uma suposta cultura mundial pode ser despertado por inclinações universalistas naturais, mas deve-se ter a certeza de que um tal sentimento é isento de todo “malinchismo”.

A principal alegação dos partidários da integração incondicional no novo modelo organizacional é que doravante existe a possibilidade de todos falarem, à medida que o processo de globalização nega a prevalência de qualquer centro e as novas tecnologias são essencialmente participativas e interativas, ao contrário das tecnologias clássicas que são piramidais.

É verdade que, como vimos, teoricamente, esta possibilidade existe mais do que nunca. Entretanto, o fato que não se deve esquecer é que os discursos sociais sempre ocorrem em um megaespaço semântico historicamente predefinido. Teoricamente, o novo modelo social implicaria a criação de

um campo ao mesmo tempo comum e hiperdiferenciado de valores, gostos e estilos (supostamente) livremente acessíveis por todo mundo. Na prática, todavia, a disponibilidade e a acessibilidade de outros códigos culturais não adianta nada, se ao mesmo tempo são culpabilizados e inferiorizados diante a metanarrativa ocidental.

A disponibilidade, na verdade, não passa de uma estratégia de desvalorização da cultura do outro, por meio da sua inclusão (ou antes, submissão) em um esquema comparativo de categorias social, cultural e etnicamente hierarquizadas. Qual é o valor prático da disponibilidade do discurso do negro, por exemplo, se este discurso é submetido a parâmetros éticos, estéticos e culturais do grupo dominante e é historicamente estigmatizado por ele?

O centro só aceita a diferença e singularidade do outro enquanto segmento ou nicho de mercado. Nossa obrigação, portanto, é de nos apossarmos de suas técnicas, não para reproduzir seu discurso, mas para impor o nosso. Globalização não é cantar em inglês para parecer mais com os povos do Centro e chegar, algum dia, a vender a nós mesmos a ilusão de sermos iguais a eles (não há igualdade possível/toda igualdade é ilusória), mas sim impor com força e ostentação a nossa diferença radical.

Globalização não é reproduzir a estética hollywoodiana ou da MTV, mas sim elaborar fórmulas de criação que assegurem a sobrevivência da nossa originalidade sem a necessidade de submeter-nos aos parâmetros éticos e estéticos do Centro. Não se trata de negar a superioridade técnica e tecnológica do Centro, mas sim adaptá-la à nossa originalidade radical.

Talvez as novas tecnologias acabem com a prevalência de um centro de poder geograficamente localizável, mas não há como negar a predominância predeterminada de certas redes sobre outras. Hoje em dia, pois, redes seletivas cobrem com seus fluxos todas as esferas da sociedade e todas as regiões do mundo, segmentando os paí-

ses e as pessoas em função dos objetivos específicos de cada rede e das características específicas dos povos e dos países. Seguem uma cartografia social extremamente irregular, em que o significado estrutural de cada ambiente, de cada grupo, de cada pessoa é arrancado e em seguida reterritorializado nos fluxos da rede.

A globalização e a informatização da sociedade mundial são, provavelmente, irreversíveis. Porém, a questão que não deve ser ocultada é de saber se países como o Brasil vão merecer um lugar proporcional a seu potencial (humano, cultural, material, natural etc.) ou vão se contentar com uma inserção subalterna e uma integração subordinada.

New organizational strategies in the global scenario

Abstract

On account of the organizational changes as a result of the processes of globalization and convergence of the means of communications, the peripheral countries are facing a twofold dilemma: the economico-political imperative of being inserted into the concert of the more developed nations and the sociocultural will to preserve their historical specificities. In the peculiar case of Brazil, the article analyzes some of the possible strategies of conciliation of the globalization dynamics with the forces of local and regional establishment.

Keywords

Globalization and convergence; Communication media; Peripheral countries; Developing countries; Preservation of sociocultural will; Brazil and globalization dynamics.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARNOY, Martin et al. *The new global economy in the information age*. Pennsylvania: University Park; Pennsylvania State University Press, 1993.
2. CARON, André, JUNEAU, Pierre. *Le défi des télévisions nationales à l'ère de la mondialisation*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 1992.
3. FEATHERSONE, Mike (ed.). *Global culture: nationalism, globalization and modernity*. London: Sage, 1990.
4. KING, Anthony D. (ed.). *Culture, globalization and the world-system: contemporary conditions for the representation of identity*. London: Macmillan, 1991.
5. LACROIX, Jean-Guy, TREMBLAY, Gaëtan (dir.). *Les autoroutes de l'information, un produit de la convergence*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1995.
6. MEYROWITZ, Joshua. *No sense of place: the impact of electronic media on social behavior*. New York: Oxford University Press, 1985.
7. MORAES, Dênis de (org.). *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
8. QUÉAU, Philippe. Qui controlera la cyber-économie? *Le Monde Diplomatique*, fev. 1995.
9. RAMONET, Ignacio et al. *Les nouveaux maîtres du monde*. Paris: Manière de Voir, 1995. (n.28)
10. ROBIN, Jacques. Les dangers d'une société de l'information planétaire. *Le Monde Diplomatique*, fev. 1995.
11. TORRES, Asdrad. Qui tirera profit des autoroutes de l'information? *Le Monde Diplomatique*, nov. 1994.
12. WILLIAMS, P., CHRISMAN, L. *Colonial discourse and post-colonial theory*. New York: Columbia University Press, 1994.
13. TORRES, Asdrad, SCHILLER, Herbert. Les empires multimédias en quête de nouveaux marchés. *Le Monde Diplomatique*, mars 1994.

Mohammed Elhajji

Doutor em comunicação. Professor adjunto da Escola de Comunicação (ECO-UFRJ).

Moha@cfch.ufrj.br
